



TURBI

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ANUAIS COMPLETAS 2023

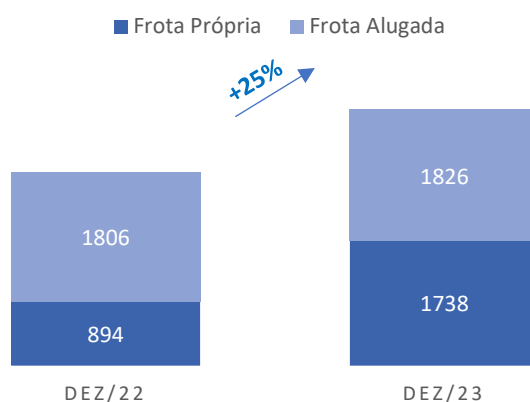
SUMÁRIO

Relatório da Administração	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado do exercício	8
Demonstração do resultado abrangente do exercício	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Demonstração do valor adicionado	12
Notas explicativas as demonstrações financeiras	13
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras	38
Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente	39
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

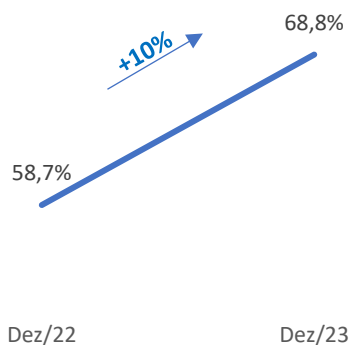
O ano de 2023 foi marcado pelo avanço da Turbi na estratégia de expansão da sua frota por meio da aquisição de veículos. Até o 3º trimestre de 2022 a empresa só operava com veículos de terceiros, arrendando os mesmos. Desde dezembro de 2022, foram adquiridos 835 veículos, o que permitiu a empresa crescer sua frota de 2700 carros em dezembro de 2022 para 3.564 em dezembro de 2023, sendo 50% próprios. O foco da oferta dos novos carros continua sendo a região Metropolitana de São Paulo, de forma a adensar a nossa presença na região.

CRESCIMENTO FROTA ANO VS ANO



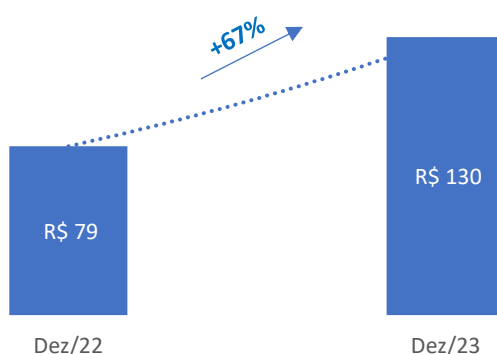
A Turbi também teve sucesso na implantação de novas estratégias de ativação da base de clientes e aumento de ticket médio, que proporcionaram um incremento de 10,1% pontos percentuais na taxa de utilização da sua frota, atingindo 68,8% na média de 2023 contra 58,7% em 2022.

UTR - UTILIZAÇÃO DE FROTA



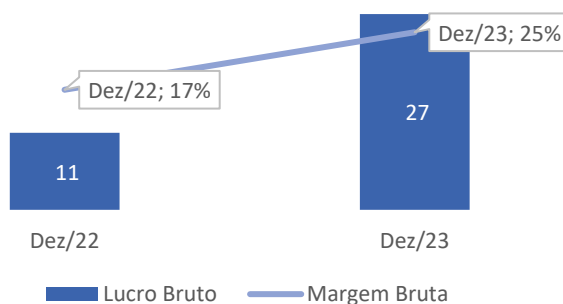
O crescimento da frota aliado ao crescimento da taxa de utilização por carro, permitiram à empresa bater o seu recorde de faturamento histórico, atingindo R\$ 130 milhões de receita bruta no ano contra R\$ 79 milhões em 2022. Um crescimento de 67%. Vale ressaltar que 100% desta receita advém de aluguel de veículos e receitas acessórias às viagens dos clientes, como combustível. Por ora não auferimos receita com a venda de veículos seminovos dado que a frota própria completou 12 meses de idade somente ao final do ano. Ao longo de 2024, os primeiros carros adquiridos ao longo de 2022 serão vendidos para a renovação da frota. Para isso foi contratada uma nova equipe com larga experiência na venda de seminovos que está trabalhando com parceiros e irá desenvolver canais próprios ao longo do ano.

RECEITA BRUTA(R\$ milhões)



A substituição de carros alugados por carros próprios também permitiu uma expansão de margem bruta ao longo do ano, saindo de 13,1% em 2022 para 24,7% em 2023. Uma série de custos não recorrente impactaram a margem bruta ao longo de 2023, custos esses associados ao envelhecimento da frota que foi trazida no período pré-pandemia e só pode ser renovada mais recentemente com o restabelecimento da oferta de carros novos no mercado. Ou seja, a expansão de margem bruta poderia ser ainda superior ao que ocorreu.

LUCRO BRUTO vs MARGEM BRUTA (R\$ milhões)



A expansão de R\$ 17 milhões no lucro bruto ano contra ano permitiu a empresa diluir suas despesas administrativas. As despesas administrativas tiveram um crescimento de R\$ 4,8 milhões ao longo do ano para comportar a expansão do negócio. Desta forma, o EBITDA alcançado foi de R\$ 49,8 milhões, 178% superior à 2022.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita Operacional líquida	110,3	64,3
(-) Custo dos Serviços Prestados	(83,0)	(53,5)
Lucro Bruto	27,3	10,7
(-) Despesas com Vendas	(2,3)	(1,1)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(29,0)	(30,6)
(-) Despesas Tributárias	(1,8)	(0,2)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	(1,0)	(0,0)
Lucro antes do Resultado Financeiro	(6,9)	(21,2)
(+) Depreciações/Amortizações	56,1	32,4
(+) Despesas não recorrentes	0,6	6,7
(=) EBITDA	49,8	17,9

Para financiar o aumento de frota a empresa teve sucesso na estruturação do FIDC EXT Turbi I. O FIDC é cogerido por EXT e Solis e tem como único objeto o investimento em instrumentos de dívida da companhia com o propósito de investir em novos carros para a frota. Até o final de 2023, o FIDC investiu aproximadamente R\$ 140 milhões na frota da Turbi. A empresa fechou o ano com um endividamento líquido de R\$ 276,7 milhões, lastreado principalmente em sua frota alienada. Ao final do ano a Turbi negociou nova rodada de injeção primária de equity de R\$ 191 milhões, a qual foi efetivamente subscrita e integralizada em janeiro de 2024. Essa rodada teve o objetivo de fortalecer o balanço e assim permitir que a empresa prossiga o seu plano de crescimento com níveis de alavancagem mais sustentáveis. Se tal aumento de capital tivesse sido integralizado até o final de 2023, o patrimônio líquido da companhia teria sido de R\$ 112 milhões ao final do ano.

Agradecemos o apoio de nossos clientes, colaboradores, fornecedores e investidores ao longo de mais um ano encerrado.

Em 2024 iremos colher os resultados dos investimentos em 2023 e continuar nossa jornada de transformação do mercado de locação de veículos, apoiados em uma experiência do usuário superior à concorrência, eficiência na execução operacional, contenção de fraudes/perdas e disciplina na alocação de capital buscando as melhores negociações de compra e venda de veículos.

Daniel Prado

CFO

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.545	4.509
Contas a receber (CP)	7	15.735	16.050
Outros créditos (CP)	8	2.081	300
Tributos a recuperar (CP)	9	1.525	105
Despesas do exercício seguinte (CP)	10	11.119	2.567
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		38.005	23.531
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	11	1.782	-
Imobilizado	12	247.206	111.643
Intangível	13	405	361
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		249.393	112.005
TOTAL DO ATIVO		287.398	135.535

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO	Nota	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	14	22.637	7.439
Empréstimos e financiamentos (CP)	15	23.548	100
Obrigações trabalhistas (CP)	16	435	186
Obrigações tributárias (CP)	17	83	336
Arrendamentos a pagar (CP)	18	41.417	9.760
Outros passivos (CP)	19	3.110	1.586
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		<u>91.230</u>	<u>19.408</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos (LP)	15	260.709	117.564
Obrigações tributárias (LP)	17	61	73
Partes relacionadas (LP)	20	353	623
Arrendamentos a pagar (LP)	18	14.097	12.975
Provisão para contingências		209	16
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>275.430</u>	<u>131.251</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	21	34.049	34.049
Reserva para aumento de capital		-	-
Reserva de capital		1.211	6.291
Lucros / (prejuízos) acumulados		(114.523)	(55.464)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>(79.262)</u>	<u>(15.123)</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>287.398</u></u>	<u><u>135.535</u></u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita Operacional Líquida	22	110.285	64.264
(-) Custo dos Serviços Prestados	23	(83.007)	(56.096)
Lucro Bruto		27.278	8.168
(-) Despesas com Vendas	24	(2.334)	(1.143)
(-) Despesas Gerais e Administrativas	25	(29.024)	(28.013)
(-) Despesas Tributárias	26	(1.823)	(183)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais		(1.000)	(4)
Lucro antes do Resultado Financeiro		(6.902)	(21.175)
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	27	(52.157)	(9.561)
Resultado antes dos Impostos		(59.059)	(30.736)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social		-	-
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		(59.059)	(30.736)
Quantidade de ações		18.968	18.968
Resultado por Ação		(3.114)	(1.620)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<u>(59.059)</u>	<u>(30.736)</u>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital Social	-	Reserva de Capital	-	Lucros/Prejuízos Acumulados	-	Total
Em 31 de Dezembro de 2022	34.049		6.291		(55.464)		(15.124)
Reservas	-		963		-		963
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	-		-		(9.872)		(9.872)
Em 31 de Março de 2023	34.049		7.254		(65.336)		(24.033)
Reservas	-		621		-		621
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	-		-		(16.568)		(16.568)
Em 30 de Junho de 2023	34.049		7.874		(81.903)		(39.980)
Reservas	-		(6.663)		-		(6.663)
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	-		-		(15.667)		(15.667)
Em 30 de Setembro de 2023	34.049		1.211		(97.570)		(62.310)
Reservas	-		-		-		-
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	-		-		(16.952)		(16.952)
Em 31 de Dezembro de 2023	34.049		1.211		(114.523)		(79.262)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Atividades operacionais		
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	<u>(59.059)</u>	<u>(30.736)</u>
Ajustes de itens sem desembolso de caixa		
Depreciação e amortização	47.450	31.789
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.195	-
Constituição de reservas	(5.080)	-
Provisão para contingências	(210)	-
Variação do capital de giro		
(Aumento) Redução - Contas a Receber	315	(3.069)
(Aumento) Redução - Outros Créditos	(1.781)	(297)
(Aumento) Redução - Tributos a Recuperar	(1.420)	(54)
(Aumento) Redução - Despesas do Exercício Seguinte	(8.552)	(1.858)
Aumento (Redução) - Fornecedores	15.198	3.893
Aumento (Redução) - Obrigações Trabalhistas	248	124
Aumento (Redução) - Obrigações tributárias	(265)	(479)
Aumento (Redução) - Arrendamentos a Pagar	32.779	319
Aumento (Redução) - Mutuos a Pagar	(270)	(813)
Aumento (Redução) - Outras Obrigações	1.716	62
Aumento (Redução) - Provisão para contingências	210	-
Caixa líquido (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários	<u>26.476</u>	<u>(1.119)</u>
Atividades de investimentos		
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	(1.782)	-
Aquisições de Imobilizado/Intagível	(183.054)	(116.945)
StockOption	-	-
Caixa líquido nas atividades de investimentos	<u>(184.836)</u>	<u>(116.945)</u>
Atividades de financiamento		
Empréstimos e Financiamentos	161.397	112.664
Aumento de Capital	-	33.174
Reservas	-	(27.423)
Caixa líquido nas atividades de financiamentos	<u>161.397</u>	<u>118.415</u>
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>3.037</u>	<u>351</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.509	4.158
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	7.545	4.509
VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>3.037</u>	<u>351</u>

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 – RECEITAS	130.228	79.206
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	130.085	79.206
1.2) Outras receitas	143	-
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	-	-
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)	119.847	82.637
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	91.709	64.487
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	28.138	18.150
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	-	-
2.4) Outras (especificar)	-	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	10.382	(3.431)
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.539	675
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	8.843	(4.106)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	744	419
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	-	-
6.2) Receitas financeiras	744	419
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	9.587	(3.687)
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	9.587	(3.687)
8.1) Pessoal	(830)	8.490
8.1.1 – Remuneração direta	1.577	649
8.1.2 – Benefícios	(2.955)	7.549
8.1.3 – Encargos Trabalhistas	547	292
8.2) Impostos, taxas e contribuições	12.916	6.550
8.2.1 – Federais	11.241	6.550
8.2.2 – Estaduais	1.675	-
8.2.3 – Municipais	-	-
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	56.560	12.009
8.3.1 – Juros	53.048	10.163
8.3.2 – Aluguéis	2.512	1.842
8.3.3 – Outras	1.000	4
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	(59.059)	(30.736)
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(59.059)	(30.736)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A **TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S/A.**, é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída em 26 de dezembro de 2016. Está sediada na Avenida Rebouças, nº 2.747, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social o compartilhamento e locação de automóveis sem condutor.

Muito embora seja uma Companhia relativamente nova, tendo apresentando prejuízos contábeis e operacionais desde sua fundação, a diretoria vêm à medida desses primeiros anos estruturando suas operações a torná-las mais eficientes do ponto de vista econômico, dando continuidade à implementação do seu plano de negócios, seja com investimentos para o aumento de faturamento e/ou na melhoria das margens, seja na troca de frota locada por frota própria, seja em melhores negociações com fornecedores para a aquisição de frotas próprias. O plano de investimentos alberga captações de recursos no mercado, em 2022 (R\$ 117 milhões); 2023 (R\$ 126 milhões), e espera para 2024 (R\$ 200 milhões). Também, estruturou fontes de financiamentos em obrigações financeiras de longo prazo, e em um segundo momento a partir da sua geração líquida de caixa, a qual ocorrerá pela diluição das despesas gerais e administrativas, como resultado do crescimento de frota e receita.

Além disso, a companhia apresentou evolução em todas as linhas de EBITDA comparando o período de 2022 quando comparados a 2023, resultado de todos os esforços e otimizações realizadas nas linhas operacionais e do crescimento expressivo do faturamento.

2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS

2.1 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As informações financeiras foram preparadas de acordo com as International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB") e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

a) Informações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelas normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

b) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram autorizadas para emissão pela Administração em 28 de março de 2024.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Companhia e moeda de apresentação.

3.2 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

3.3 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

3.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

3.5.1 Classificação

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio do resultado abrangente. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

3.5.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo e os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

3.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Companhia ou da contraparte.

3.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*), esta, quando necessária, é constituída na proporção considerada como perda possível, por meio de análises da Diretoria através do histórico individual de inadimplência. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

3.7 Ativos intangíveis

Refere-se a marcas e patentes, *softwares* adquiridos, custos e despesas com desenvolvimento de novos produtos (*softwares*), além dos ágios, valor da carteira de clientes e outros intangíveis decorrentes das aquisições de Companhias. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico.

O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.8 Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou desenvolvimento, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios

econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

3.9 *Impairment de ativos não financeiros*

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Companhia com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.13 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação tem probabilidade de ocorrência nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.14 Arrendamento e ativo de direito de uso

A Companhia avalia, na data do início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamento de curto prazo e arrendamentos de ativos de um valor baixo.

A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativo de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início dos arrendamentos. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. A Companhia possui contratos de aluguel de veículos com vigência de até 60 meses, sendo que a depreciação é calculada com base nesse período.

3.15 Programa de remuneração variável – Stock Option

Com o objetivo de fornecer um maior incentivo aos colaboradores e deixá-los mais alinhados com os interesses e seu plano estratégico, a Companhia celebrou em 15 de agosto de 2018 o Acordo de Acionistas, regulando todos os direitos e obrigações entre os acionistas e debenturistas da Companhia, com previsão expressa e autorização para a outorga opção de ações.

Neste acordo os Acionistas se comprometeram a estabelecer o programa de remuneração variável na modalidade Stock Option, sendo que as ações entregues aos beneficiários do Stock Option serão mantidas na tesouraria da Companhia.

A concessão do benefício ao colaborador não o torna sócio, mas tão somente faz com que adquira o direito a receber o montante financeiro correspondente à valorização do valor das ações da Companhia, percebida no período entre a outorga e seu vencimento, na proporção de sua participação no programa. O pagamento ao beneficiário ocorre a partir de recursos provenientes de uma venda secundária em evento de liquidez.

Para o cálculo da provisão, aplica-se o percentual de outorga sobre a diferença entre o Patrimônio Líquido ("PL") projetado até o vencimento da opção e o Patrimônio Líquido descontado a valor presente. Esse montante é ajustado pela estimativa da probabilidade de desligamentos voluntários (opções não exercíveis).

As quotas são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas quotas são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

O beneficiário poderá exercer a opção desde que (i) ocorra um Evento de Liquidez, e (ii) o Outorgado tenha permanecido no exercício das funções que venham a ele ser atribuídas e conforme as diretrizes informadas pela Companhia de forma ininterrupta durante 24 (vinte e quatro) meses a contar da data em que o benefício foi pactuado entre as partes ("Cliff").

3.16 Capital social

As ações são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

4 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar

um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

(c) Reconhecimento de receita

A receita de locação de veículos compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelos contratos de aluguel com clientes no curso normal das atividades da entidade. A receita é demonstrada pelo faturamento menos os impostos, devoluções, abatimentos e descontos que constitui a receita líquida.

As receitas de aplicações financeiras são mensuradas com base no princípio da competência, ou seja, de acordo com o ganho mensal das aplicações financeiras.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo ou grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos deteriorado e as perdas por *Impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *Impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *Impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em

vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *Impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *Impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado, exceto quando esse *Impairment* estiver relacionado com o ágio, sendo que essas perdas nunca são revertidas.

A Companhia, levando em consideração as premissas descritas anteriormente, avalia a recuperação do valor contábil dos ativos utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento e venda de diferentes soluções aos seus clientes.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de descontos. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada para um exercício de dez anos e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A Administração entende que devido à previsibilidade e recorrência de suas receitas e custos, é possível estimar o valor em uso para o período de dez anos.

As principais premissas usadas nas estimativas do valor em uso são como segue:

- Custos e despesas operacionais – os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas e ganho de eficiência.
- Investimentos de capital – os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a atual infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base no histórico da Companhia e do crescimento projetado.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

4.3 Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2023

Não há novas normas alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2023 que entraram em vigor e que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia possui uma diretoria administrativa responsável pela gestão de riscos, contando com a supervisão do Diretor Presidente, e é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras.

As posições de todos os instrumentos financeiros bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas mensalmente pela diretoria administrativa e submetidas à apreciação da Administração da Companhia.

5.1.1 Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

5.1.2 Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes à concessão de serviços. Não há concentração de transações com clientes e historicamente o nível de inadimplência é muito baixo. Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

5.1.3 Risco de Mercado

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que possui empréstimos e financiamentos contratados em moedas local e sujeitos às flutuações dos índices previstos nos referidos contratos que formalizaram tais operações, principalmente da Taxa DI. A Companhia também está exposta às flutuações das taxas de juros quanto ao saldo de suas aplicações financeiras, pela variação da Taxa DI.

A Companhia poderá incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros indicada acima que impacte seu fluxo de caixa e aumente as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou que reduza o ganho com suas aplicações financeiras ou que impacte a demanda por seus produtos.

Na data de encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui endividamentos indexados ao CDI, e, portanto, sujeitos à variação da taxa de seus respectivos índices conforme abaixo.

(a) Risco de Taxa de Juros - Análise de Sensibilidade

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, e consequente aumento ou redução das despesas financeiras, líquidas.

31 de Dezembro de 2023							
Operação	Risco	Ativo	Passivo	Exposição Líquida	Cenário provável	Risco taxa CDI 25%	Risco taxa CDI 50%
Endividamento	CDI	-	284.257	284.257	31.695	39.618	47.542
Impacto no resultado					31.695	39.618	47.542

Indicadores Macroeconomia	Fonte	Projeções	Extração	Provável	25%	50%
CDI	B3	12 meses	29/02/2024	11,15%	13,94%	16,73%

Em 31 de dezembro de 2023, considerando o cenário onde a variação das taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais fosse de 50%, bem como que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro líquido do exercício apresentaria uma variação líquida de R\$ 47.542, principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas nos empréstimos de taxa variável.

A Companhia está apresentando os cenários da variável do risco considerado para suas aplicações financeiras e seus endividamentos, que possuem exposição à taxa CDI, com um aumento de 25% e 50%, os quais foram definidos com base na expectativa de sua administração.

5.2 Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia considera dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e obrigação por aquisição de investimento menos caixa e equivalentes de caixa.

5.3 Estimativa de valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*Impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

Conforme determina o CPC48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 – informações diferentes dos preços negociados em mercado ativos incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2023.

Nível 3 – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Este item não é aplicável a Companhia em 31 de dezembro de 2023.

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos em caixa e equivalentes de caixa estão abaixo representados.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	7.543	4.277
Aplicação Financeira	3	232
Total	7.545	4.509

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de

mudança de valor, que não possuem quaisquer carências ou penalidades para o seu resgate antecipado e que possuem compromisso de recompra.

Estão representadas por aplicações financeiras em bancos de primeira linha, em Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são resgatáveis um dia após, contados da data das respectivas operações. As aplicações são indexadas com base na variação índice do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Clientes	15.188	15.314
Outros a receber	547	737
Total	15.735	16.050

O Contas a Receber de Clientes obedece a regra constante das análises individualmente efetuadas da carteira de clientes.

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda, deduzida a provisão para créditos de liquidação duvidosa dessas contas a receber, quando for aplicável.

Na Companhia não há provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois inexistente em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 qualquer evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber ou cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

8 OUTROS CRÉDITOS

Os saldos decorrem dos créditos de adiantamentos efetuados pela Companhia para seus fornecedores de serviços.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento a Fornecedores	2.076	300
Adiantamento a Funcionários	5	0
Total	2.081	300

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

Compreende os seguintes saldos de Tributos a Recuperar:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo Negativo de IRPJ	4	8
IRRF Retido	1	52
Pis a Recuperar	246	0
Cofins a Recuperar	1.133	2
Tributos pagos a maior	141	43
Total	1.525	105

10 DESPESA DO EXERCÍCIO SEGUINTE

O saldo da conta está representado por contratações de seguros e serviços antecipados, com tempo de utilização prolongadas, além da caução sobre o aluguel, conforme composição a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Encargos financeiros a apropriar	2.093	2.430
Licenças a apropriar	64	137
Outras despesas a apropriar	8.962	-
Total	11.119	2.567

11 INVESTIMENTOS

A Companhia considera como aplicações financeiras, os depósitos bancários e outros investimentos de liquidez de curto e longo prazos que não atendem a todos os critérios para serem classificadas como equivalentes de caixa nos termos do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. A composição do saldo de aplicações financeiras é como segue:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Cotas dos fundos de investimento em renda fixa	1.782	-
Total	1.782	-

12 IMOBILIZADO

a) Abertura do imobilizado

O Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, conforme abaixo:

Descrição	Vida Útil (anos)	Custo	Depreciação Acumulada	31/12/2023	31/12/2022
				Líquido	Líquido
Maquinas e Equipamentos	5	80	(21)	60	65
Computadores e Periféricos	5	374	(199)	175	228
Hardware	5	8.543	(2.304)	6.239	3.528
Moveis e Utensílios	10	190	(41)	149	150
Veículos - Uso direto operação	5	192.194	(4.998)	187.196	87.602
Benfeitoria em Bens de Terceiros	10	367	(97)	270	307
Direito de Uso -IFRS 16/CPC 06 (R2)	2	165.489	(112.372)	53.117	19.763
Total		367.237	(120.033)	247.206	111.643

b) Movimentação do Imobilizado - Custo

A seguir, demonstramos a movimentação do Imobilizado - Custo ocorrida no período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2023:

Valor de Custo	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Maquinas e Equipamentos	80	-	-	80
Computadores e Periféricos	358	29	(13)	374
Hardware	4.560	3.983	-	8.543
Moveis e Utensílios	173	17	-	190
Veículos - Uso direto operação	87.978	104.649	(433)	192.195
Benfeitoria em Bens de Terceiros	367	-	-	367
Direito de Uso -IFRS 16/CPC 06 (R2)	90.801	84.683	(9.995)	165.490
Total	184.317	193.360	(10.440)	367.239

c) Movimentação do Imobilizado - Depreciação

A seguir, demonstramos a movimentação do Imobilizado - Depreciação ocorrida no período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2023:

Depreciação	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Maquinas e Equipamentos	(13)	(8)	-	(21)
Computadores e Periféricos	(130)	(69)	-	(199)
Hardware	(1.032)	(1.276)	4	(2.304)
Moveis e Utensílios	(23)	(18)	-	(42)
Veículos - Uso direto operação	(376)	(4.821)	199	(4.998)
Benfeitoria em Bens de Terceiros	(60)	(37)	-	(97)
Direito de Uso -IFRS 16/CPC 06 (R2)	(71.038)	(51.329)	9.995	(112.372)
Total	(72.672)	(57.558)	10.197	(120.033)
Imobilizado Líquido	111.645	135.802	(243)	247.206

13 INTANGÍVEL

a) Abertura do Intangível

Este grupo está representado pelos direitos de uso de softwares utilizados pela Companhia, conforme segue:

Descrição	Vida Útil (anos)	Custo	Amortização Acumulada	31/12/2023	31/12/2022
				Líquido	Líquido
Software	5	583	(177)	405	361
Total		583	(177)	405	361

b) Movimentação do Intangível - Custo

A seguir, demonstramos a movimentação do Intangível - Custo ocorrida no período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2023:

Descrição	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo				
Software	449	316	(182)	583
Total	449	316	(182)	583

c) Movimentação do Intangível - Amortização

A seguir, demonstramos a movimentação do Intangível - Amortização ocorrida no período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de dezembro de 2023:

Descrição	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Amortização				
Software	(88)	(131)	42	(178)
Total	(88)	(131)	42	(178)
		0		0
Intangível Líquido	361	185	(140)	405

14 FORNECEDORES

Os valores de fornecedores estão representados pelo valor de face da nota fiscal sem incidência de qualquer acréscimo.

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	22.637	7.439
Total Circulante	22.637	7.439

15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos apresentam a seguinte composição:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
7ª Emissão de debêntures (CP)	23.333	-
8ª Emissão de debêntures (CP)	-	-
Itaú Conta Garantida	-	100
Empréstimo Capital de Giro (CP)	214	-
Total Circulante	23.548	100

-	-	-
Descrição	31/12/2023	31/12/2022
7ª Emissão de debêntures (LP)	17.667	11.000
8ª Emissão de debêntures (LP)	113.090	106.564
9ª Emissão de debêntures (LP)	129.166	-
Empréstimo Capital de Giro (LP)	786	-
Total não Circulante	260.709	117.564

a) Captações ocorridas no período

No período findo em 31/12/2023, ocorreram as seguintes captações:

Modalidade	Taxa	Garantia	Vencimento Final	Principal Captado
Giro FGI - Pré Fixada Price	20,98% a.a	Seguro Prestamista	12/08/2027	1.000
9ª Emissão de Debêntures (1ª série)	DI + 7,50% a.a	Alienação Fiduciária de Veículos e Garantia Fidejussoria	30/09/2027	11.500
				12.500

16 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

A composição dos salários, encargos sociais e provisões trabalhistas são as seguintes:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Salários a Pagar	140	53
Rescisões a pagar	-	-
INSS a recolher	78	15
FGTS a recolher	7	7
IRRF sobre salários	13	10
Provisão de Férias	197	102
Provisão de 13º salário	0	-
Total Circulante	435	186

17 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias estão representadas por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Passivo Circulante		
Pis a recolher	1	32
Cofins a recolher	7	140
Irrf sobre terceiros a recolher	10	3
Pis/Cofins/Csll retido a recolher	34	10
Inss retido a recolher	1	1
Iss retido a recolher	3	7
Parcelamento simples (CP)	-	47
Parcelamento dívida ativa (CP)	25	97
Total	83	336
Passivo não Circulante		
Parcelamento simples (LP)	-	-
Parcelamento dívida ativa (LP)	61	73
Total	61	73
Total	144	409

18 ARRENDAMENTOS A PAGAR

Os saldos de Arrendamentos a Pagar referente aos Contratos de Locações de Veículos estão abaixo representados:

Descrição	Saldos
Saldo Arrendamento a Pagar - Circulante 31/12/2022	9.760
Saldo Arrendamento a Pagar - Não Circulante 31/12/2022	12.975
Saldo Arrendamento a Pagar 31/12/2022	22.736
Pagamentos efetuados em 2023	(41.998)
Novos contratos celebrados em 2023	74.777
Saldo Arrendamento a Pagar - Circulante 31/12/2023	41.417
Saldo Arrendamento a Pagar - Não Circulante 31/12/2023	14.097
Saldo Arrendamento a Pagar 31/12/2023	55.515

19 OUTRAS OBRIGAÇÕES

As Outras Obrigações estão representadas por:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures a Pagar	1.135	1.467
Outras obrigações	1.828	96
Adiantamento de Clientes	147	24
Total	3.110	1.586

20 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldos de contratos de mútuos com acionistas, o qual está realizados em condições de mercado:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Partes Relacionadas	353	623
Total	353	623

Modalidade	Taxa	Garantia	Venc. Final	AGING LIST		
				2022	2023	2024
Mútuo	1% a.m.	-	12/01/2024	-	-	353

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Os saldos no patrimônio líquido estão abaixo representados:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital Social	34.049	34.049
Reserva de Capital	1.211	6.291
Lucros / (prejuízos) acumulados	(114.523)	(55.464)
Total	(79.262)	(15.123)

a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 34.049 (Trinta e quatro milhões e quarenta e nove mil reais), divididos em 18.968 (Dezoito mil, novecentos e sessenta e oito) ações, sem valor nominal, das quais 12.520 (doze mil quinhentas e vinte) são ações ordinárias e 6.448 (seis mil quatrocentas e quarenta e oito) são ações preferenciais.

b) Reserva de Capital

Considerada como Reserva de Capital os valores de remuneração variação “**STOCK OPTION**” concedida aos empregadores e prestadores de serviços da Companhia participantes do programa. O programa foi criado no ano de 2021, e apresenta o valor de R\$ 1.211 milhões em 31/12/2023.

c) Resultado por Ação

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2023 é de menos R\$ 3.114 enquanto em 31 de dezembro 2022 o resultado por ação foi de menos R\$ 1.620.

22 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Os valores que compõem a receita líquida da Companhia estão compostos a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receita de locação	130.085	79.206
Outras receitas	143	-
Receita Bruta	130.228	79.206
(-) Cancelamento de locação	(3.749)	(4.066)
(-) Descontos concedidos	(4.953)	(4.325)
(-) PIS	(2.005)	(1.168)
(-) COFINS	(9.236)	(5.382)
Receita Líquida	110.285	64.264

23 CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os Custos dos Serviços Prestados estão compostas a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Estacionamento	(8.815)	(5.103)
Combustíveis	(10.952)	(13.650)
Amort. Direito de Uso Locação de veículos	(51.329)	(32.064)
Seguros	(6.771)	(2.447)
Custo de serviços com terceiros	(10.864)	(6.340)
Sinistros	(2.255)	(1.540)
Outros Custos	681	(372)
Depreciação veículos	(4.821)	(376)
Crédito de PIS/COFINS	12.118	5.796
Total	(83.007)	(56.096)

24 DESPESAS COM VENDAS

As despesas com Vendas estão compostas a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Propaganda e Marketing	(2.225)	(1.043)
Despesa de serviços com terceiros	(102)	(99)
Outras despesas comerciais	(7)	(1)
Total	(2.334)	(1.143)

25 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas Gerais e Administrativas estão compostas a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Salários, Encargos e Benefícios	830	(8.490)
Despesa de serviços administrativos	(14.688)	(17.007)
Despesa de serviços com consultoria	(2.155)	(1.319)
Despesas com software/informática	(6.430)	-
Outras despesas administrativas	(5.043)	(523)
Depreciação e amortização de outros	(1.538)	(675)
Total	(29.024)	(28.014)

26 DESPESAS TRIBUTÁRIAS

As despesas Tributárias estão compostas a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
IPVA	(1.675)	(56)
IOF	(45)	(59)
Outras Taxas	(102)	(68)
Total	(1.822)	(183)

27 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro está demonstrado a seguir:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Receitas Financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	687	416
Descontos obtidos	57	3
Total	744	419
Despesas Financeiras		
Juros sobre financiamentos	(44.989)	(7.344)
Outras despesas financeiras	(7.912)	(2.636)
Total	(52.901)	(9.980)
Resultado Financeiro Líquido	(52.157)	(9.561)

28 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólice de seguros, para cobertura de riscos dos seus ativos arrendados, que atualmente são valores suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com esses bens.

Neste contexto, não está incluído no escopo da revisão realizada pela auditoria emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

29 EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 2 de janeiro de 2024 foi liquidada uma transação de R\$ 150.000.000,00 com um grupo de investidores liderados pela ARC Investimentos, REAG e Clave.

No dia 08/Fev foi registrado na CVM o encerramento do FIP DOMO TURBI FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA CNPJ 53.267.749/0001-66, no volume total de R\$ 45.500.000,00. Deste total R\$ 40.000.000,00 serão integralizados na Companhia através da emissão de novas ações nominais

As transações permitirão a empresa:

- a) crescer em 40% sua frota no curto prazo;
- b) adquirir veículos em condições comerciais comparáveis aos grandes players de mercado; e
- c) alterar sua estrutura de capital, permitindo maior acesso a bancos tradicionais. Os principais pontos da transação serão detalhados na apresentação a seguir

Consequências imediatas da Transação:

1

Aquisição imediata de 1,625 veículos da VW e Hyundai a um desconto médio 2x maior do que as últimas compras da TURBI e em linha com os principais players do setor

2

Inversão do Patrimônio Líquido da empresa para o patamar de +R\$ 70 Milhões, destravando uma barreira importante de acesso a financiamento veicular junto a bancos de montadoras e de varejo

3

Adequação do fluxo de caixa da empresa, pagando estruturas de financiamento mais caras e rolando amortizações em linha com a margem de contribuição prevista dos novos veículos

4

Evolução na transição da frota alugada para frota própria, permitindo a antecipação do breakeven para o 1H2024 conforme orçamento previsto

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores da Turbi Compartilhamento de Veículos S/A (“Companhia”) declaram que revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 28 de março de 2024

Diego Jadão Lira

Diretor Presidente

Luiz Alberto Bonini

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, os Diretores da Turbi Compartilhamento de Veículos S/A (“Companhia”) declaram que revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer de auditoria da RSM ACAL Auditores Independentes S/S, emitido em 28 de março, sobre as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 28 de março de 2024

Diego Jadão Lira

Diretor Presidente

Luiz Alberto Bonini

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS
NO BRASIL E COM O IFRS**

TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S.A.
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S/A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **TURBI COMPARTILHAMENTO DE VEÍCULOS S/A.**, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações contábeis, que indica que a companhia apresentou prejuízos operacionais e contábeis recorrentes nos últimos exercícios sociais, sendo em 31 de dezembro de 2023 um prejuízo contábil de R\$ 59.059 milhões (31 de dezembro de 2022 R\$ 30.736 milhões).

Adicionalmente existe um elevado grau de endividamento da Companhia com Instituições Financeiras e debenturistas, conforme nota explicativa número 15. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas notas explicativas, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Parágrafo de ênfase

Caracterização de vínculo empregatício – Contratos com Pessoas Jurídicas

A Companhia possui prestadores de serviços habituais ocupando diversas funções dentro da sua estrutura operacional, a qual pode ser caracterizada como vínculo empregatício frente a legislação trabalhista vigente. Acreditamos que se faça necessário uma avaliação junto aos seus assessores jurídicos com o objetivo de mensurar a exposição ao risco de uma eventual perda futura, por fiscalização ou reclamações trabalhistas, visando a contabilização desses eventos contingencialmente.

Nossa opinião não está ressalvada por esses assuntos.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi planejada e executada considerando o contexto do mercado em que a Companhia está inserida e levando em consideração os acontecimentos ocorridos durante o exercício.

Stock Options (Notas 3.15 e 21.b)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta em suas demonstrações financeiras o montante de R\$ 1.211 milhões referente ao Stock Options. A administração, com o objetivo de fornecer um maior incentivo aos colaboradores e deixá-los mais alinhados com os interesses e seu plano estratégico, celebrou em 15 de agosto de 2018 o Acordo de Acionistas, regulando todos os direitos e obrigações entre os acionistas e debenturistas da Companhia, com previsão expressa e autorização para a outorga opção de ações.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e o teste da metodologia utilizada pela administração para a concessão do benefício ao colaborador. Neste acordo acima referido, os Acionistas se comprometeram a estabelecer o programa de remuneração variável na modalidade Stock Option, considerando 30% (trinta por cento) do total das ações da Companhia, sendo que as ações entregues aos beneficiários do Stock Option serão mantidas na tesouraria da Companhia.

Empréstimos e Financiamentos - Debêntures (Nota 15)

Em nossos entendimentos sobre a metodologia, as debêntures da Companhia de 1ª Emissão à 9ª emissão não serão registradas para negociação no mercado secundário e não poderão ser, por qualquer razão, negociadas, transferidas, cedidas, doadas, objeto de mútuo, dadas em garantia e/ou alienadas, de qualquer forma, sem o prévio e expresso consentimento da Companhia, com exceção de operações que envolvam a transferência, cessão, ou negociação por qualquer forma das debêntures para qualquer sociedade ou veículo jurídico que seja controlado direta ou indiretamente pelo Debenturista da companhia, e tampouco na hipótese de conferência das debêntures no capital de outra sociedade controlada.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em

todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

omunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 28 de março de 2024.

RSM ACAL Auditores Independentes S/S

CVM - RJ 11.444 – CRC - PR 006492/F-5



Cláudio Silva Foch

Sócio Responsável - CRC-RJ - 102.455